

# 10º Exame de Ordem - 1ª fase - 1999

## Direito Civil

1. O contrato real é um contrato:

- (a) Em que a entrega da res é pressuposto da sua existência;
- (b) Formal;
- (c) Que tem por objeto coisas corpóreas;
- (d) Efetivamente existente.

2. A afirmação de que será nulo de pleno direito todo o ato jurídico é correta quando:

- (a) Praticados por pessoa relativamente incapaz;
- (b) Forem praticados por vício resultante de dolo, simulação ou fraude;
- (c) For preterida alguma solenidade que a lei considere essencial para a sua validade;
- (d) Forem praticados por vício resultante de erro, dolo, simulação ou fraude.

3. No tocante às obrigações alternativas, a Lei Civil estabelece que:

- (a) O devedor pode pagar, a seu critério, parte em uma prestação e parte em outra;
- (b) A escolha da prestação cabe ao devedor, podendo o contrato dispor em contrário;
- (c) O devedor, em se tratando de prestações anuais, somente poderá exercer a opção no primeiro ano;
- (d) A escolha da prestação cabe sempre ao devedor.

4. Não constitui regra aplicável às doações a que abaixo se destaca:

- (a) A doação dos pais aos filhos importa adiantamento da legítima;
- (b) A doação poderá conter cláusula de retorno do bem ao doador, se sobreviver ao donatário;
- (c) A doação deverá ser feita por escrito, ainda que se trate de bem móvel de pequeno valor;
- (d) É anulável a doação do Cônjuge adúltero ao seu cúmplice.

5. Fenômeno decorrente do fim do processo, com ou sem apreciação do mérito da causa:

- (a) Preclusão;
- (b) Coisa julgada material;
- (c) Carência de ação;
- (d) Coisa julgada formal.

6. Para apreensão de bens do casal, nas ações de separação judicial, de divórcio ou de anulação de casamento, quando um dos cônjuges os estiver dilapidando, cabe a medida preventiva de:

- (a) Arresto;
- (b) Busca e apreensão;
- (c) Seqüestro;
- (d) Depósito.

7. O recurso de apelação está sujeito a preparo:

- (a) Após o exercício do poder de retratação, se for o caso;

- (b) Previamente, quando de sua interposição;
- (c) Quando para tanto for intimada a parte;
- (d) Quando do recebimento das contra-razões.

8. A incompetência absoluta deve ser argüida:

- (a) Não pode ser levantada em recurso, se não questionada na contestação;
- (b) Por meio de exceção;
- (c) Somente na contestação, em forma de preliminar;
- (d) A qualquer tempo.

## Direito Penal

9. Dentre os princípios abaixo apontados, indicar o mais representativo, no que tange à ação penal pública:

- (a) Princípio da oportunidade;
- (b) Princípio da intranscendência;
- (c) Princípio da indivisibilidade;
- (d) Princípio da obrigatoriedade.

10. José, beneficiado com livramento condicional, comete novo crime doloso, pelo qual resultou condenado, em razão do que:

- (a) Deve ter decretada a extinção da punibilidade da primeira condenação;
- (b) Deve cumprir o restante da pena, deduzido o período em que ficou em liberdade;
- (c) Deve cumprir a integralidade da primeira pena;
- (d) Pode obter novo livramento condicional quanto à primeira pena.

11. Afrânio foi condenado pelo cometimento do crime de peculato culposo e, mesmo depois de prolatada a sentença, procedeu à reparação do dano. Pergunta-se: qual a consequência penal correta:

- (a) Deve ser decretada a extinção da punibilidade;
- (b) Deve ser reduzida da metade a pena imposta;
- (c) Deve ser arquivado o processo;
- (d) Todas as respostas estão incorretas.

12. Alfredo foi condenado à pena de 15 dias de prisão simples, por ter praticado a contravenção definida no art. 21, da LCP, sendo que após o trânsito em julgado, cometeu crime de furto. Quanto à segunda infração ele deve ser considerado:

- (a) Tecnicamente primário;
- (b) Reincidente;
- (c) Primário;
- (d) Merecedor de medida de segurança.

13. Há uma espécie de ação penal cuja titularidade pertence única e exclusivamente ao ofendido, não podendo, por tal motivo, ser exercida pelo cônjuge, ascendente, descendente ou irmão. Essa espécie de ação penal denomina-se:

- (a) Ação Penal Privada Subsidiária da Pública;
- (b) Ação Penal Pública Incondicionada;

(c) Ação Penal Pública Condicionada à Representação;

(d) Ação Penal Privada Personalíssima.

14. O *nomen juris* da peça acusatória que inaugura a ação penal de iniciativa privada é denominada:

(a) Queixa;

(b) Libelo acusatório;

(c) Denúncia;

(d) Notícia de crime.

15. Dentre as prisões em flagrante abaixo arroladas, marque a espécie que constitui uma das modalidades de crime impossível.

(a) Flagrante Esperado;

(b) Flagrante Provocado;

(c) Flagrante Presumido;

(d) Todas as respostas acima estão incorretas.

16. Marque a alternativa abaixo que não se refere à função de defesa técnica no processo penal:

(a) Defensor Constituído;

(b) Defensor Dativo;

(c) Curador;

(d) Todas as respostas acima estão incorretas.

## Direito Trabalhista

17. A sentença que julga *ultra petita*, *extra petita* ou *citra petita*, é aquela:

(a) Que julga fora do pedido (*ultra*), que não se manifesta sobre algum dos pedidos (*extra*) e além do que fora pedido (*citra*);

(b) Que julga além do pedido (*citra*), que não se manifesta sobre algum dos pedidos (*ultra*) e que julga fora do pedido (*extra*);

(c) Que julga além do pleiteado (*ultra*), que o faz fora do que pretendido (*extra*) e que não se manifesta sobre algum dos pedidos (*citra*);

(d) Nenhuma das alternativas acima.

18. Da sentença, cuja alçada fora fixada em R\$ 250,00, sem enfrentar nenhuma questão constitucional, na Justiça do Trabalho, cabe:

(a) Agravo de Petição;

(b) Recurso Ordinário;

(c) Nenhum Recurso;

(d) Recurso Extraordinário.

19. No T.R.T. da 1ª Região, que órgão colegiado julga o *Habeas Corpus*?

(a) Turma;

(b) Seção Especializada de Dissídio Coletivo;

(c) Seção Especializada de Dissídios Individuais;

(d) Nenhum dos acima citados.

20. Após a fixação do valor do débito, em execução, qual o meio que tem o Reclamante, perante o Juiz da JUNTA DE CONCILIAÇÃO E

JULGAMENTO, para demonstrar sua insatisfação com o valor fixado?

- (a) Embargos à Execução;
- (b) Impugnação à Sentença de Liquidação;
- (c) Agravo de petição;
- (d) Agravo de Instrumento.

21. Uma das opções abaixo é a correta, quanto a contribuição sindical e a contribuição assistencial para o Sindicato:

- (a) A 1ª é obrigatória e não pode ser objeto de manifestação contrária do empregado; a 2ª, fixada em Assembléia Geral da categoria, também não comporta direito de oposição.;
- (b) A 1ª, embora fixada em lei, pode ser objeto de manifestação contrária do empregado, se feita em até 10 dias do 1º pagamento reajustado, idem quanto a 2ª contribuição;
- (c) A 1ª não comporta manifestação quanto ao desconto, já a 2ª comporta, se feita em até 10 dias do 1º pagamento reajustado;
- (d) Nenhuma das respostas anteriores.

22. O Acordo Coletivo ou a Convenção Coletiva, para a compensação de horário (ou a redução de jornada de trabalho):

- (a) Exige a participação do Sindicato de Classe para a Convenção, dispensando sua participação na hipótese de Acordo entre patrão e empregado;
- (b) Exige a participação do Sindicato de classe no caso de Acordo Coletivo, mas não é exigível se for Convenção Coletiva;
- (c) Em ambos os casos é exigível a participação do Sindicato de classe;
- (d) Só exigem que empregado e empregador pactuem entre si, sem que o Sindicato participe.

## Direito Comercial

23. Assinale a resposta correta:

- (a) O aval tem natureza contratual, dependendo sempre da outorga uxória;
- (b) Aval e endosso são institutos idênticos;
- (c) O aval é inadmissível no cheque;
- (d) A duplicata mercantil é um título causal, que nasce de um contrato de compra e venda ou de prestação de serviços.

24. A falência no Direito Brasileiro caracteriza-se pela:

- (a) Insolvência presumida ou pela cessação de pagamentos;
- (b) Impontualidade ou pela cessação de pagamentos;
- (c) Impontualidade ou pela insolvência presumida;
- (d) Cessação de pagamentos, pela insolvência presumida e pela impontualidade.

25. É correto afirmar que:

- (a) O voto é um direito essencial do acionista;
- (b) Ação e debênture são sinônimos;
- (c) A sociedade anônima de economia mista não está sujeita à Lei de Sociedades por Ações (Lei 6.404/76);
- (d) A companhia é sempre mercantil, qualquer que seja o seu objeto.

26. Não podem impetrar concordata preventiva.

- (a) Os bancos e demais instituições financeiras;
- (b) As sociedades anônimas, de modo geral;
- (c) As companhias privadas concessionárias de serviços públicos;
- (d) As empresas de navegação marítima.

## Direito Tributário

27. Compete aos municípios instituir impostos sobre:

- (a) Produtos industrializados;
- (b) Propriedade de veículos automotores;
- (c) Propriedade predial e territorial urbana;
- (d) Propriedade territorial rural.

28. Suspende a exigibilidade do crédito tributário:

- (a) Isenção;
- (b) Moratória;
- (c) Anistia;
- (d) Remissão.

29. O fato gerador da obrigação principal é a situação definida na(o):

- (a) Constituição Federal;
- (b) Lei;
- (c) Código Tributário Nacional;
- (d) Decreto.

30. O lançamento compete:

- (a) A autoridade administrativa;
- (b) Ao defensor público;
- (c) Ao promotor de justiça;
- (d) A autoridade judiciária.

## Direito Internacional

31. A Lei estrangeira só poderá ser aplicada em nosso país quando:

- (a) For referendada pelo Congresso Nacional;
- (b) Não ofender a soberania nacional, os bons costumes e a ordem pública;
- (c) Estiver baseada em Acordo Internacional do qual o Brasil seja signatário;
- (d) O Supremo Tribunal Federal lhe der eficácia em ação declaratória.

32. A Expulsão é uma das medidas coercitivas de retirada do estrangeiro do Território Nacional. Sobre referido instituto é correto afirmar:

- (a) Não impede a expulsão o fato do estrangeiro ser casado com brasileira;
- (b) A expulsão de um estrangeiro depende de expressa autorização do Supremo Tribunal Federal;
- (c) O estrangeiro, cuja expulsão é decretada pelo Presidente da República, é obrigado a cumprir a pena que lhe foi imposta no seu país de

origem;

(d) No inquérito de expulsão é permitido ao estrangeiro, durante o interrogatório, indicar advogado para realizar sua defesa.

33. Marque a opção correta:

I- A Naturalização em nosso país tem como características fundamentais a

voluntariedade do estrangeiro em fazer o requerimento e a discricionariedade do Estado em deferir o pedido.

II- O processo de Naturalização é misto, pois compreende uma fase meramente administrativa junto ao Ministério da Justiça e outra de jurisdição voluntária perante a Justiça Federal.

III- O Brasil adota o sistema do *ius sanguinis* para a concessão da nacionalidade originária.

IV- O cidadão português que obtém o visto temporário para trabalho poderá se naturalizar após um ano de estada em nosso País.

(a) I e II são verdadeiras e III e IV são falsas;

(b) Todas são falsas;

(c) I, II e IV são verdadeiras e III é falsa;

(d) III é verdadeira.

34. Um contrato de trabalho celebrado no exterior entre estrangeiros terá validade em nosso país quando:

(a) Devidamente averbado no Tribunal Superior do Trabalho;

(b) Submetido a aprovação do Ministério do Trabalho;

(c) Sua execução se der em território nacional;

(d) O país de celebração fizer parte da OIT.

## Direito Constitucional

35. Um mandado de segurança contra ato praticado por Prefeito de Capital, é impetrado perante:

(a) O Juiz da Vara Cível da respectiva Comarca;

(b) O Juiz da Vara da Fazenda Pública da Capital;

(c) O Tribunal de Justiça;

(d) O Superior Tribunal de Justiça.

36. A emancipação política de parte do território de determinado Município depende de consulta prévia, mediante plebiscito:

(a) Da população de todo o Município;

(b) Apenas da população diretamente interessada;

(c) Da população diretamente interessada e da população das localidades limítrofes;

(d) Da população de todo o Estado.

37. Administração pública, direta e indireta, nos termos da Constituição Federal, obedecerá aos seguintes princípios:

(a) Legalidade e publicidade;

(b) Moralidade e impessoalidade;

(c) Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

(d) Legalidade, impessoalidade, moralidade e proporcionalidade.

38. As Comissões Parlamentares de Inquérito:

- (a) Terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais;
- (b) Serão criadas, separadamente, pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal, sem prazo para conclusão dos trabalhos;
- (c) Mediante requerimento de um quinto (1/5) dos membros de cada Casa Legislativa, conforme o caso;
- (d) Para apuração de fatos a serem determinados durante a investigação.

39. O direito de impetrar mandado de segurança extingue-se-á em 120 dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato a ser impugnado. Este prazo, entretanto:

- (a) Interrompe-se com o recurso na via administrativa;
- (b) Interrompe-se pelo protesto judicial;
- (c) Não se interrompe, tratando-se de prazo de decadência;
- (d) Interrompe-se pela convenção das partes.

40. Vários Deputados, em número constitucional suficiente, apresentam à Câmara dos Deputados projeto de Emenda Constitucional, propondo transformar o Estado Federal Brasileiro, em estado unitário.

- (a) A proposição pode ser aprovada ou rejeitada, segundo a vontade dos legisladores;
- (b) Tal medida só pode ser proposta pelas Assembléias Legislativas;
- (c) Não pode ser objeto de deliberação por expressa disposição constitucional;
- (d) Tal proposição necessitaria da participação conjunta de Deputados e Senadores.

## Direito Administrativo

41. No exercício do poder disciplinar, a sanção aplicável a ocupantes exclusivamente de cargos em comissão ou funções de confiança é a de:

- (a) Demissão de cargo ou função;
- (b) Exoneração do cargo ou função;
- (c) Exoneração do ofício do cargo ou função;
- (d) Destituição do cargo ou função.

42. No Sistema Administrativo brasileiro, produzem efeito vinculante para o Poder Executivo, por disposição expressa, as decisões proferidas nas ações:

- (a) De mandado de segurança coletivo;
- (b) Diretas de inconstitucionalidade;
- (c) Declaratórias de constitucionalidade;
- (d) Populares.

43. O direito da Administração de anular atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários, de boa fé, é, em regra, exercitável:

- (a) A qualquer tempo;
- (b) No prazo decadencial de 5 anos;
- (c) No prazo prescricional de 5 anos;
- (d) No prazo prescricional decenal.

44. O ato administrativo final, para cuja prática é indispensável a licitação, quando exigida, e que antecede, após a homologação do resultado do procedimento, a formalização de contrato administrativo, denomina-se:
- (a) Julgamento;
  - (b) **Adjudicação;**
  - (c) Liquidação;
  - (d) Nota de empenho da despesa.

## Deontologia Jurídica

45. Como fica a situação de um Advogado, regularmente inscrito na OAB-RJ, que foi empossado no cargo de Oficial do Cartório do 9º Ofício do R.G.I. do Rio de Janeiro?

- (a) Continuará inscrito na OAB-RJ e exercendo livremente a advocacia;
- (b) Continuará inscrito na OAB-RJ e exercendo a advocacia, ficando impedido de advogar apenas contra a fazenda que o remunera;
- (c) **Terá sua inscrição na OAB-RJ cancelada e, por consequência, não poderá exercer a advocacia;**
- (d) Será licenciado da advocacia, não podendo advogar apenas durante o tempo em que estiver exercendo a função de Oficial do R.G.I..

46. O Advogado JOSÉ DA SILVA, que já havia sido processado uma vez pela OAB-RJ, teve o seu mandato revogado por um cliente e recusa-se a prestar contas ao mesmo.

Pergunta-se: Qual a punição disciplinar a OAB poderá aplicar a JOSÉ DA SILVA?

- (a) Censura, que poderá ser cumulada com multa;
- (b) Suspensão, pelo prazo de 30 dias a doze meses;
- (c) **Suspensão, pelo prazo de 30 dias e perdurando até que preste as contas devidas;**
- (d) Exclusão do Quadro de Advogados da OAB-RJ.

47. O Advogado MARCO ANTONIO, amigo de RICARDO, foi por este constituído e patrocinou, até o final, uma causa cível de RICARDO, com quem ajustou, verbalmente, honorários advocatícios de R\$ 6.000,00 (seis mil reais). Concluída a causa, RICARDO vem se recusando a pagar os honorários ajustados.

Pergunta-se: Qual a medida judicial adequada para MARCO ANTONIO pleitear os honorários de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), que lhe são devidos?

- (a) A Execução por Quantia Certa;
- (b) **A Ação de Cobrança, pelo procedimento sumário;**
- (c) A Ação de cobrança, pelo procedimento ordinário;
- (d) Através do juizado Especial Cível.

48. O que pode acontecer a um Advogado que retira os autos de um processo de Cartório, ultrapassa do prazo devido e, mesmo intimado a fazê-lo, não devolve os autos ao Cartório respectivo?

- (a) Apenas ser punido disciplinarmente pela OAB;
- (b) Sofrer a busca e apreensão dos autos, ser punido pela OAB e pelo Juiz do Processo;
- (c) Sofrer a busca e apreensão dos autos, não poder mais retirar aqueles autos de Cartório e ser punido pela OAB e pelo Juiz do Processo;
- (d) **Sofrer a busca e apreensão dos autos; não poder mais retirar aqueles autos do Cartório; pagar multa de meio salário mínimo; ser punido disciplinarmente (pela OAB) e ser punido criminalmente.**

49. O Advogado PAULO RICARDO - que tem seu domicílio profissional na Cidade do Rio de Janeiro e está inscrito apenas na OAB-RJ - foi constituído por um Cliente para patrocinar um causa cível em Juiz de Fora-MG.

Pergunta-se: PAULO RICARDO poderá patrocinar tal causa no Estado de Minas Gerais?

- (a) Pode, porque sua inscrição na OAB-RJ permite que ele advogue eventualmente em outro Estado, sem necessidade de outra inscrição;
- (b) Só poderá fazê-lo mediante uma inscrição suplementar na OAB-MG;
- (c) Só poderá fazê-lo se transferir sua inscrição para a OAB-MG;
- (d) Não pode, porque sua inscrição na OAB-RJ só permite que ele advogue dentro do Estado do Rio de Janeiro.

50. O que é necessário para que uma sociedade de Advogados adquira sua personalidade jurídica?

- (a) Apenas o registro de seu contrato Social no Registro Civil das Pessoas Jurídicas;
- (b) Apenas o registro de seu Contrato Social na OAB;
- (c) Registro de seu Contrato Social no Registro Civil das Pessoas Jurídicas e também na OAB;
- (d) Registro de seu Contrato Social na OAB e também no Ministério da Fazenda (C.N.P.J., antigo C.G.C).